



8 de maio de 2024

O PARQUE HABITACIONAL: ANÁLISE E EVOLUÇÃO 2011-2021

O PARQUE HABITACIONAL ENTRE 2011 E 2021 ABRANDOU E ALOJAMENTOS FAMILIARES SOBRELOTADOS CRESCERAM 17,1%

Os resultados dos Censos 2021 revelaram um abrandamento no crescimento do parque habitacional, com aumentos de apenas 0,8% para os edifícios e 1,9% para os alojamentos familiares clássicos em relação a 2011, um crescimento significativamente inferior ao observado em décadas anteriores.

Em 2021, o parque habitacional português totalizava 3 573 416 edifícios, dos quais 49,8% foram construídos após 1980. Dos 5 970 677 alojamentos familiares clássicos em 2021, 69,4% eram de residência habitual, totalizando 4 142 581 alojamentos. Nos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, predominavam os de quatro ou cinco divisões (61,6%). Na última década, essa tendência manteve-se, com 54,7% dos alojamentos construídos nesse período a apresentar a mesma configuração.

A proporção de alojamentos sobrelotados era de 12,7%. Entre 2011 e 2021 registou-se um aumento de 17,1% de alojamentos sobrelotados.

Estima-se que em 2021 tenham sido concluídos 19 616 fogos em obras de construção nova e 3 906 em intervenções de reabilitação, representando, respetivamente, 83,4% e 16,6% do total de fogos concluídos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), disponibiliza o estudo "O Parque Habitacional: Análise e Evolução 2011-2021", realizado em colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Nesta publicação apresenta-se uma caracterização do parque habitacional português no período 2011 a 2021. Os principais temas abordados referem-se à evolução da população, famílias e alojamentos; às principais características dos edifícios e dos alojamentos; à forma de ocupação, regime de propriedade e encargos com a habitação; à estimativa das carências habitacionais e da disponibilidade de habitação e às necessidades de reabilitação e dinâmica de construção para habitação.



O PARQUE HABITACIONAL ANÁLISE E EVOLUÇÃO

2011-2021

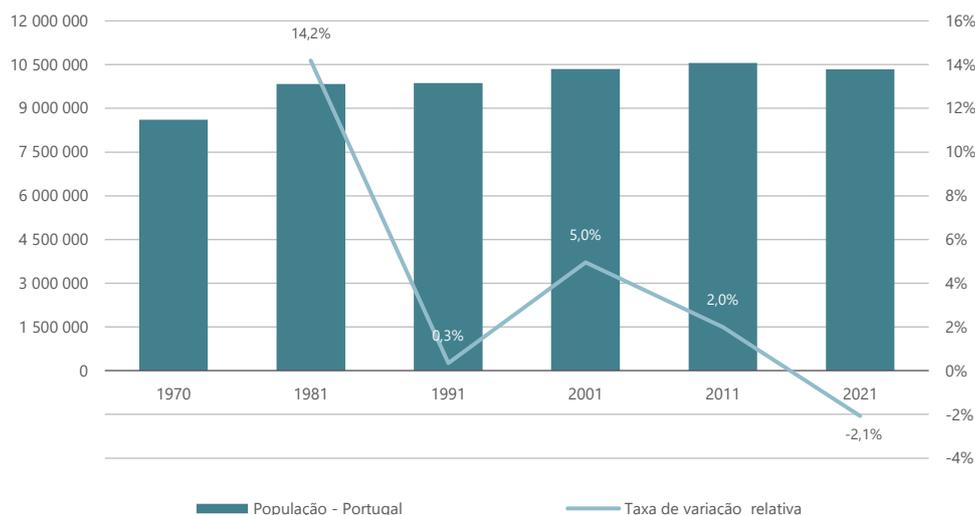




1. Habitação no contexto das dinâmicas territoriais e demográficas

Nas últimas cinco décadas, a dinâmica demográfica de Portugal tem sido caracterizada por períodos de crescimento seguidos por desacelerações e até mesmo declínio populacional. Essa dinâmica foi influenciada por uma variedade de fatores económicos e sociais, com impacto no comportamento demográfico da população. Entre 1970 e 2021, a população portuguesa registou um crescimento de 20,1%, equivalente a um aumento absoluto de cerca de 1,7 milhões de habitantes. Na última década, Portugal enfrentou pela primeira vez, em 50 anos, uma diminuição da população. Entre 2011 e 2021, a população reduziu-se em 2,1%, correspondendo a um valor absoluto de menos 219 912 residentes, sendo este declínio populacional resultado do saldo natural negativo verificado na década e na medida em que o saldo migratório, ainda que ligeiramente positivo, não foi suficiente para inverter este decréscimo. De acordo com os resultados dos Censos 2021, referenciados a 19 de abril, a população residente no país era de 10 343 066 pessoas.

Figura 1. Evolução da população, 1970-2021



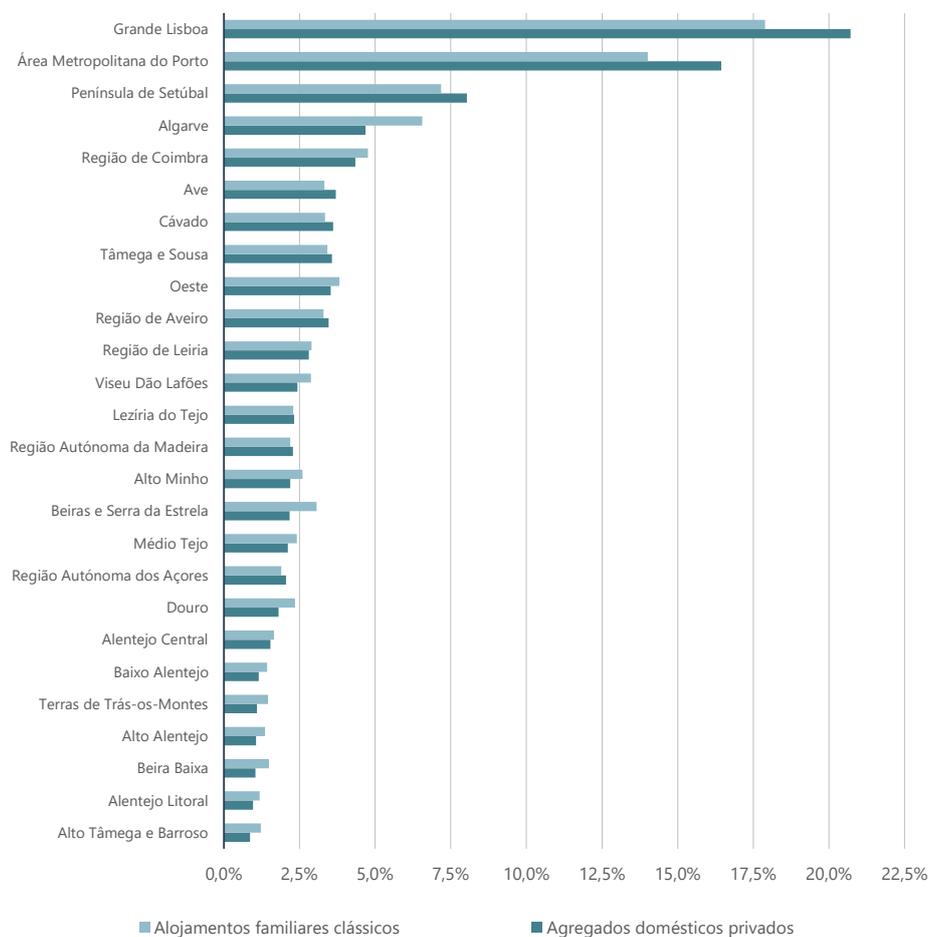
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A densidade populacional média do país, em 2021, era de 112,2 indivíduos por quilómetro quadrado, revelando significativas disparidades territoriais. Foram observadas densidades superiores à média nacional em 112 municípios, destacando-se as mais elevadas nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mais especificamente na Amadora (7 210,0 N.º/km²), Porto (5 596,3 N.º/km²), Odivelas (5 577,8 N.º/km²), Lisboa (5 455,2 N.º/km²), Oeiras (3 741,5 N.º/km²), São João da Madeira (2 788,8 N.º/km²) e Matosinhos (2 764,5 N.º/km²). Contrastando com as densidades mais elevadas registadas em certas áreas urbanas, foi no interior do Continente e na faixa litoral na região do Alentejo que se observaram as densidades populacionais mais reduzidas. Os municípios que registaram a menor densidade populacional foram Alcoutim, Mértola, Idanha-a-Nova, Avis e Monforte, oscilando entre 4,4 e 7,1 habitantes por km². O padrão de litoralização e concentração populacional junto à capital aumentou na última década. Em 2021, cerca de 20,1% da população total do país estava concentrada nos sete municípios mais populosos, que ocupam apenas 1,1% da área do território nacional. No outro extremo uma proporção semelhante da população (19,8%) residia nos



208 municípios menos povoados, os quais abrangiam aproximadamente 65,8% da área total do país. Em 2021, 45,2% dos agregados domésticos privados e 39,1% dos alojamentos familiares clássicos estavam localizados nas regiões das áreas metropolitanas. Na Grande Lisboa, os agregados domésticos privados representavam 20,7% do total, com os alojamentos a corresponderem a 17,9% do total nacional, enquanto na Área Metropolitana do Porto esses números eram de 16,4% e 14,0%, respetivamente.

Figura 2. Proporção de alojamentos familiares clássicos e agregados domésticos privados, por NUTS III, 2021

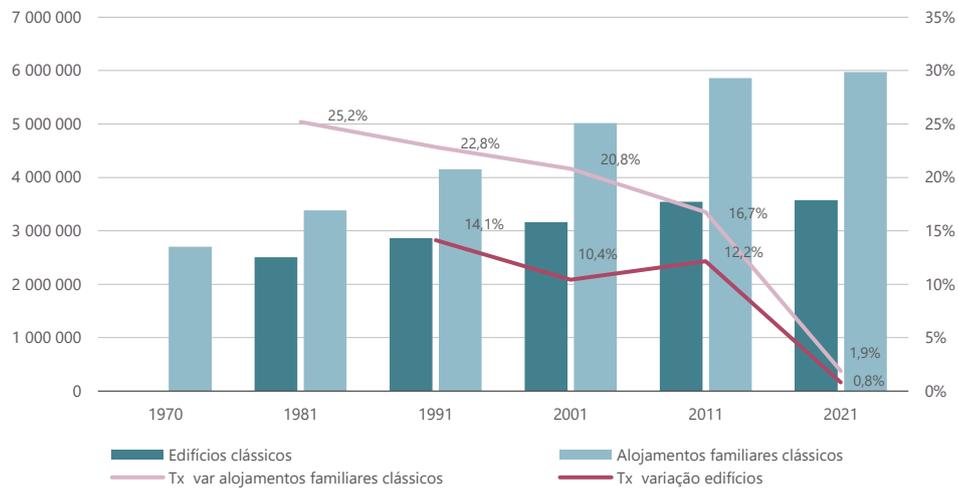


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Os resultados dos Censos 2021 revelaram um abrandamento no crescimento do parque habitacional, com aumentos de apenas 0,8% para os edifícios e 1,9% para os alojamentos familiares clássicos em relação a 2011, um crescimento significativamente inferior ao observado em décadas anteriores. Nesse ano existiam aproximadamente 5,9 milhões de alojamentos familiares clássicos para cerca de 4 milhões de agregados domésticos privados, o que correspondia a uma média de 1,44 alojamentos por agregado.



Figura 3. Evolução dos edifícios clássicos e dos alojamentos familiares clássicos, 1970-2021

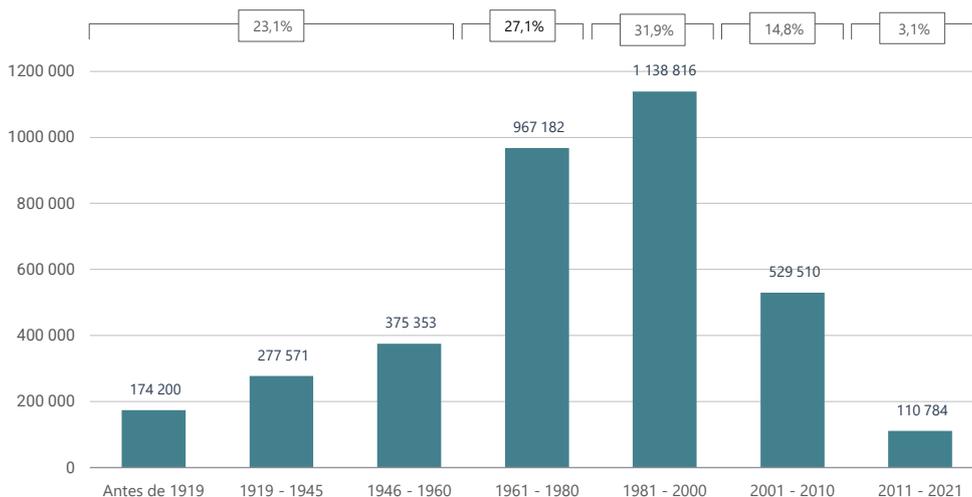


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

2. Principais características dos edifícios

Em 2021, o parque habitacional português totalizava 3 573 416 edifícios, dos quais quase metade (49,8%) foi construída após 1980. A maioria destes edifícios foi construída entre 1981 e 2000 (31,9%), com 17,9% construídos neste século. Apenas 110 784 edifícios foram construídos entre 2011 e 2021, representando 3,1% do total.

Figura 4. Número de edifícios clássicos por época de construção, 2021

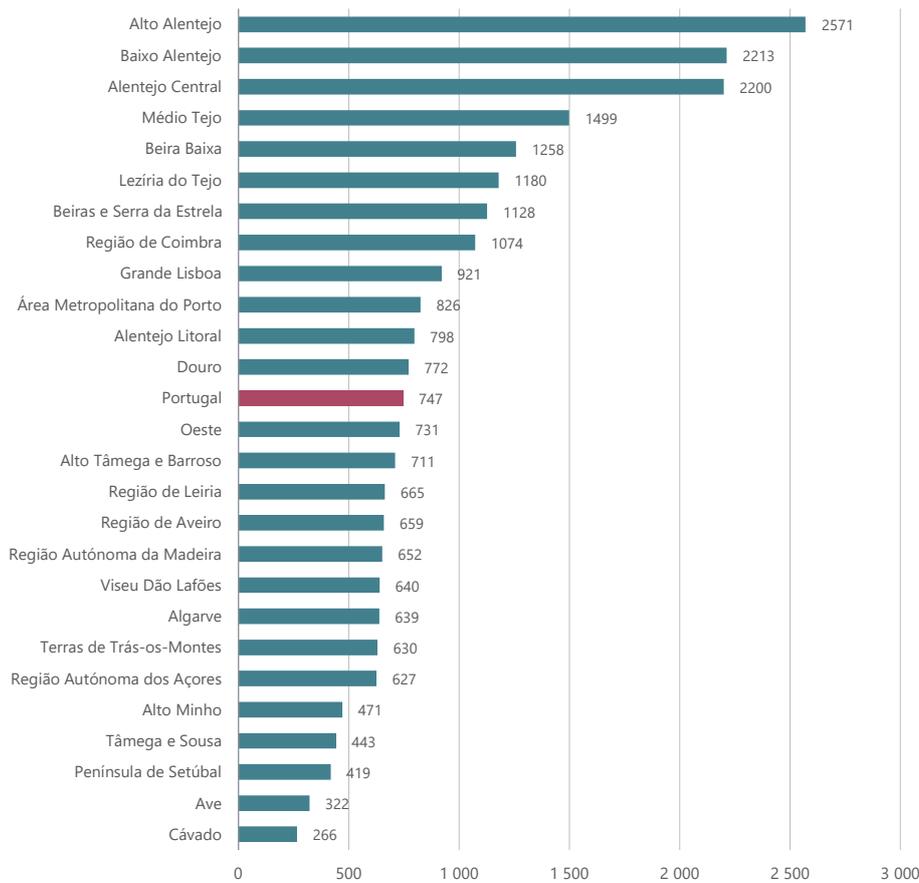


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



A menor dinâmica de construção na última década refletiu-se no índice de envelhecimento¹ dos edifícios que em 2021 se situava em 747. A distribuição regional revelou disparidades significativas entre as NUTS III, onde o Alto Alentejo se destacou com o parque habitacional mais antigo (2 571), seguido pelo Baixo Alentejo (2 213) e pelo Alentejo Central (2 200). Já as regiões do Cávado (266), Ave (322) e Península de Setúbal (419) apresentaram os índices de envelhecimento mais baixos.

Figura 5. Índice de envelhecimento dos edifícios, por NUTS III, 2021



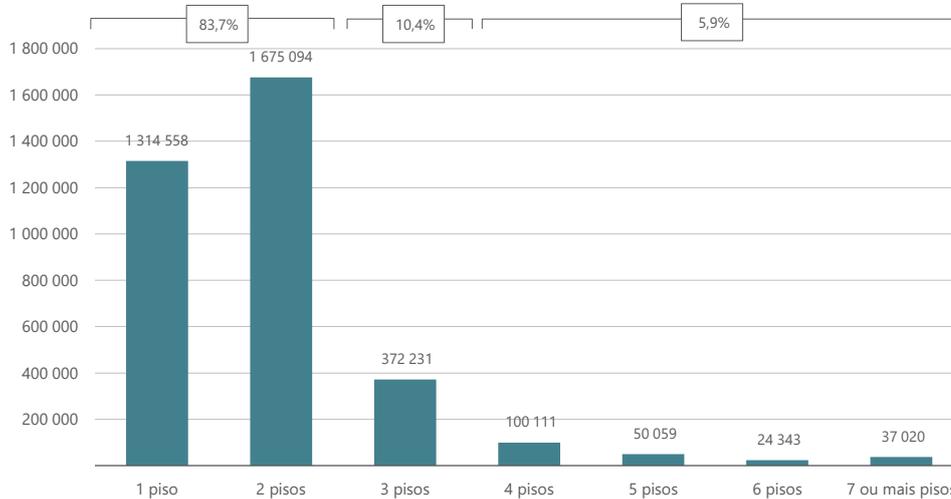
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A distribuição dos edifícios em Portugal destacou-se pela predominância dos edifícios de um ou dois pisos, totalizando 83,7% do parque habitacional.

¹ Índice de envelhecimento - Rácio entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após 2011



Figura 6. Número de edifícios clássicos, segundo o número de pisos do edifício, 2021

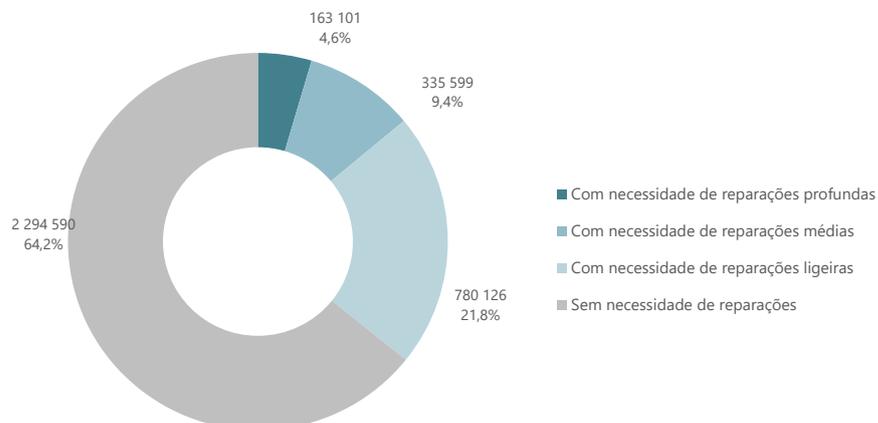


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

A análise dos Censos 2021 revelou que a grande maioria dos edifícios em Portugal (91,9%), possuía apenas um ou dois alojamentos, com os de um único alojamento a representarem 86,7% do total. Pode ainda observar-se que a maioria dos edifícios clássicos existentes em Portugal (97,0%) não dispunha de elevador, tendo-se verificado que todos os edifícios com seis pisos sem elevador foram construídos até 1960.

Os Censos evidenciaram que a maioria dos edifícios em Portugal não apresentava necessidades de reparação, representando 64,2% do total (2 294 590). Adicionalmente, verificou-se que a proporção dos edifícios com necessidade de reparações diminuiu à medida que aumentou o grau das reparações necessárias, com 21,8% a necessitar de reparações ligeiras (780 126 edifícios), 9,4% de reparações médias (335 599 edifícios) e 4,6% de grandes reparações (163 101 edifícios).

Figura 7. Número de edifícios clássicos, segundo as necessidades de reparação, 2021



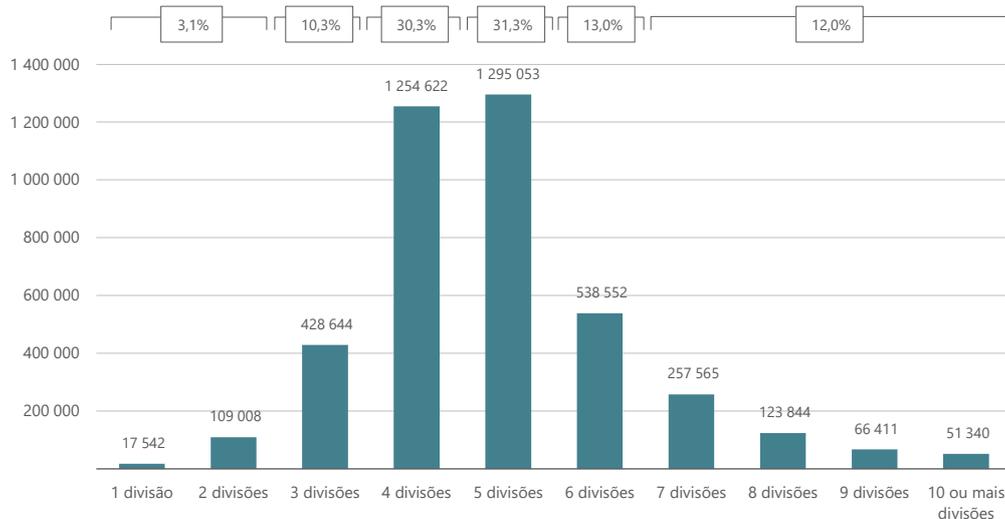
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



3. Principais características dos alojamentos

Em 2021, os alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual eram constituídos maioritariamente por quatro ou cinco divisões (61,6%). No todo nacional, o número médio de divisões por alojamento foi de 4,86.

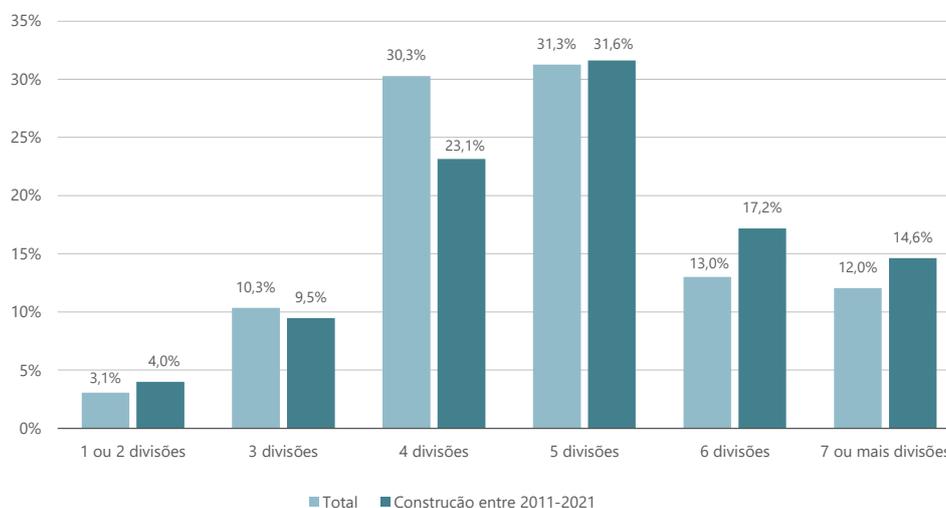
Figura 8. Número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo o número de divisões, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Nos alojamentos construídos na última década também se verificou um predomínio dos que tinham 4 ou 5 divisões (54,7%), embora menos acentuado que no total nacional, pois verificou-se um aumento da proporção de alojamentos com 6 ou mais divisões.

Figura 9. Proporção de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, total e construídos na última década, segundo o número de divisões, 2011-2021

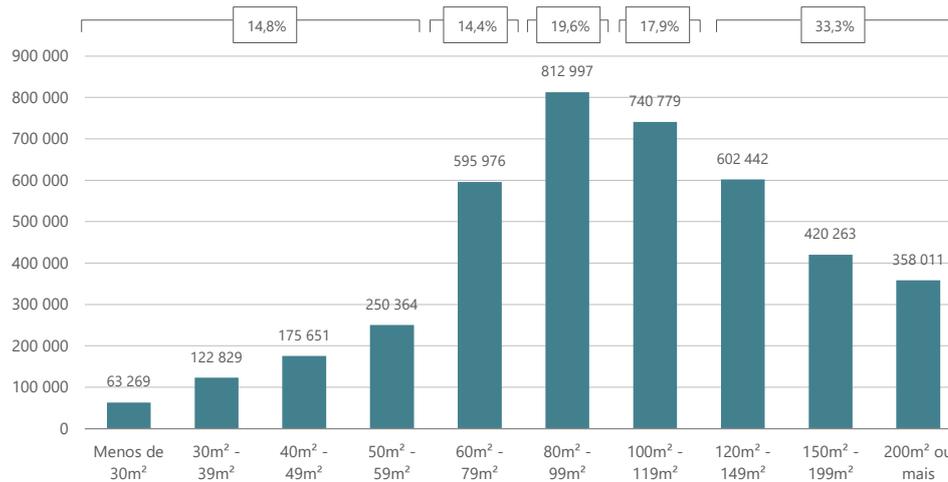


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



A área útil média dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, foi, em 2021, de 112,5 m². Pouco mais de metade (51,9%) dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, possuía uma área útil entre 60 m² e 119 m².

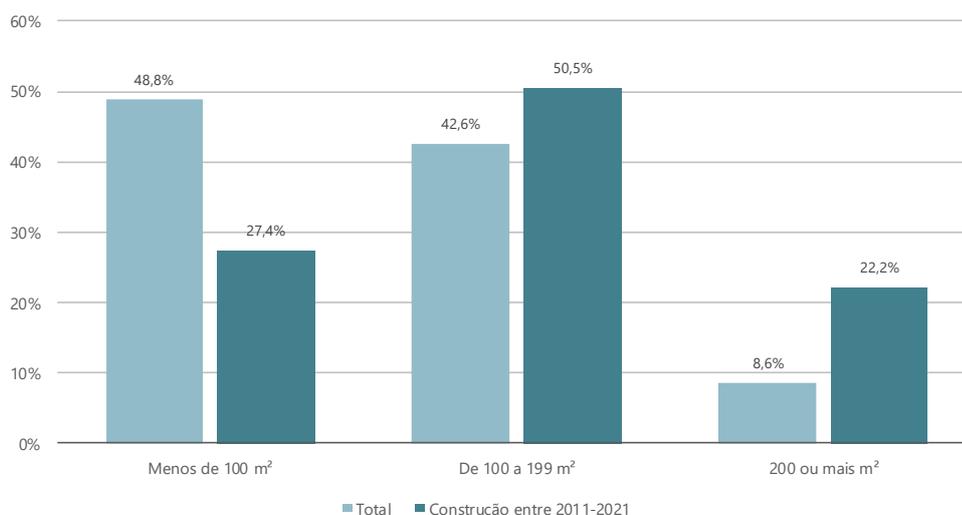
Figura 10. Número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo o escalão de área útil, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Comparando os alojamentos construídos na última década com o total nacional, verificou-se uma redução da proporção de alojamentos com área útil inferior a 100 m² (-21,4 p.p.), e um aumento dos alojamentos com área útil superior a 200 m² (+13,6 p.p.).

Figura 11. Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, total e construídos na última década, por escalão de área útil, 2011-2021

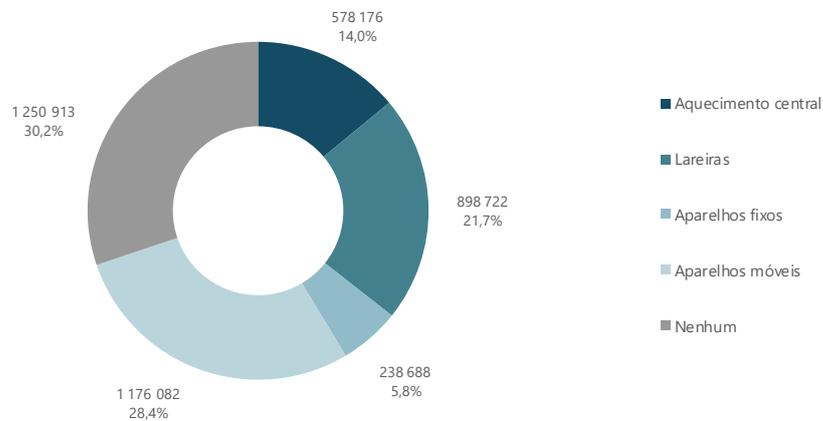


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



Nos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, o tipo de aquecimento utilizado com mais frequência, em 2021, foram os aparelhos móveis (28,4%), seguindo-se as lareiras (21,7%), o aquecimento central (14,0%) e os aparelhos fixos (5,8%). Em quase um terço dos alojamentos (30,2%) não foram utilizados com mais frequência os tipos de aquecimento anteriormente referidos.

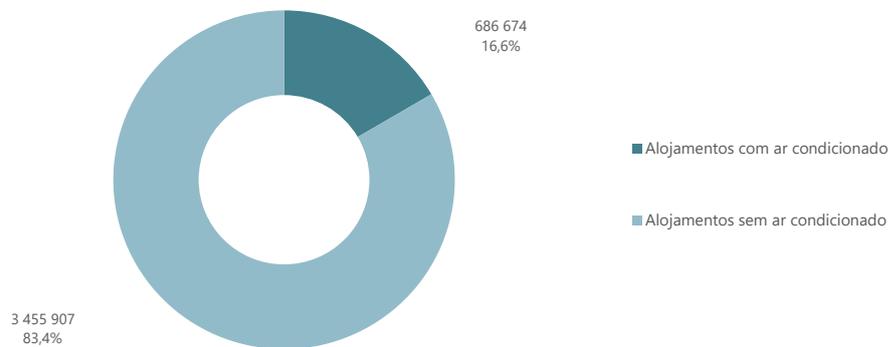
Figura 12. Número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo o tipo de aquecimento utilizado com mais frequência, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em 2021, a grande maioria (83,4%) dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, não dispunha de ar condicionado. O número total de alojamentos com este equipamento era de 686 674, o que representava uma proporção de 16,6%.

Figura 13. Número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a existência de ar condicionado, 2011

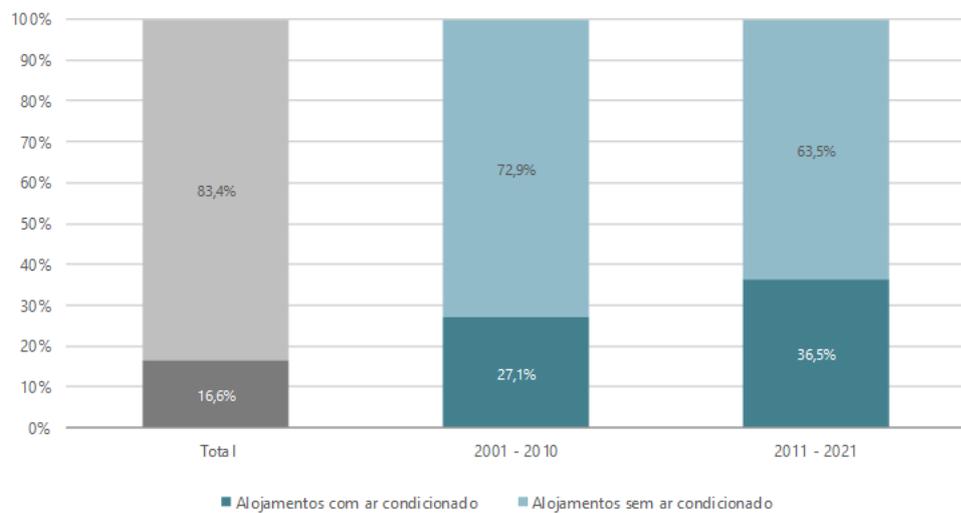


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



Do total de alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, construídos na última década, pouco mais de um terço (36,5%) possuíam ar condicionado, o que era superior à representatividade dos alojamentos construídos entre 2001 e 2010 em 9,4 p.p e do total dos alojamentos em 19,9 p.p..

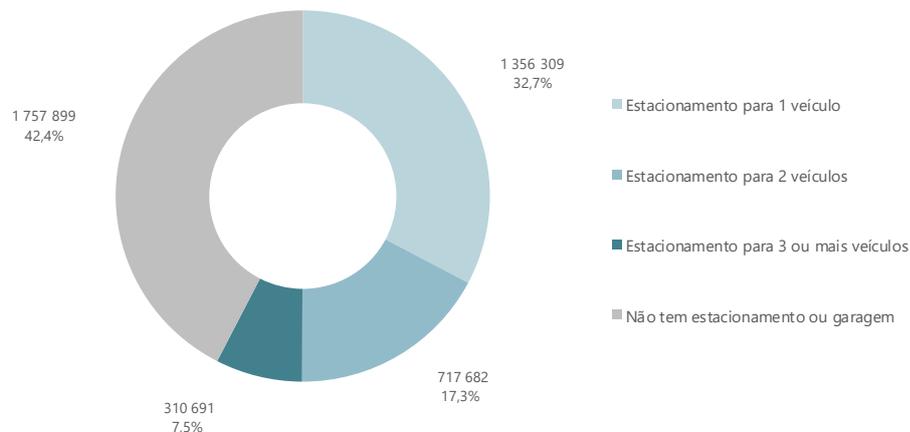
Figura 14. Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, total, construídos entre 2001 e 2010 e na última década, segundo a existência de ar condicionado, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Mais de metade dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, dispunha, em 2021, de um ou mais lugares de estacionamento (57,6%).

Figura 15. Número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a existência de lugar de estacionamento e número de veículos, 2021

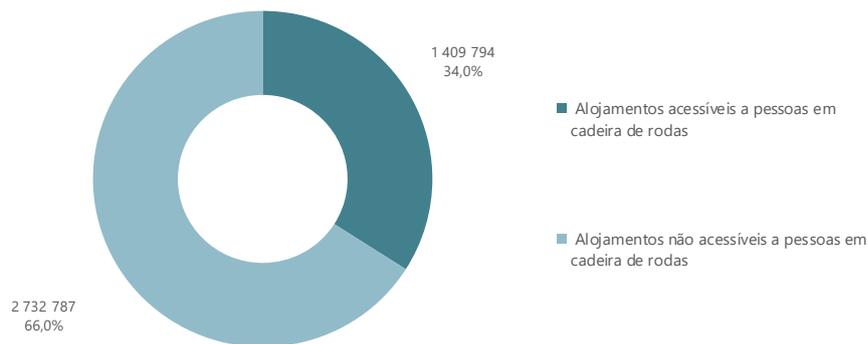


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



Em 2021, cerca de um terço (34,0%) dos alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual eram acessíveis a pessoas em cadeira de rodas.

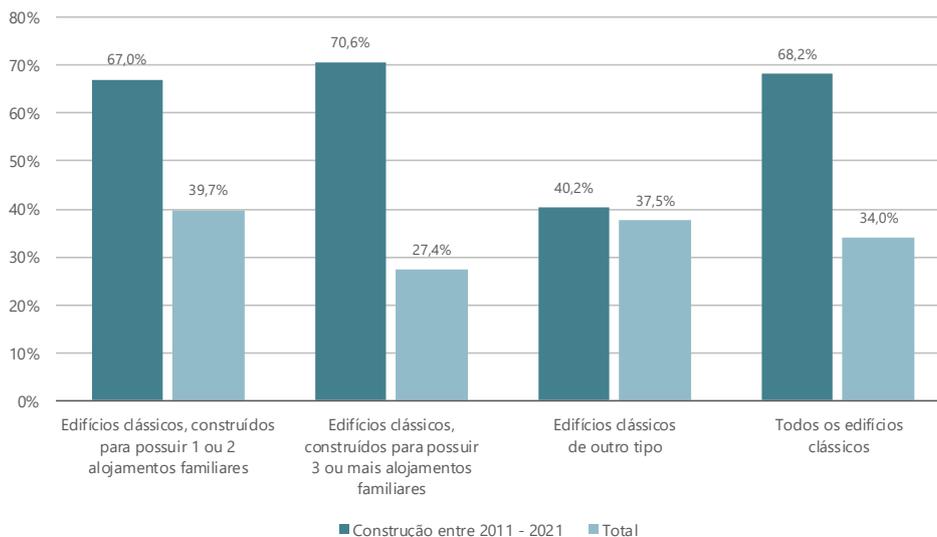
Figura 16. Número de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a acessibilidade a pessoas em cadeira de rodas, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Considerando apenas os alojamentos construídos na última década, a proporção de alojamentos acessíveis a pessoas em cadeira de rodas aumentou para pouco mais de dois terços (68,2%). Esta proporção é superior em 34,2 p.p. ao registado para o total dos alojamentos.

Figura 17. Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, total e construídos na última década, acessíveis a pessoas em cadeira de rodas, por tipo de edifício, 2011-2021



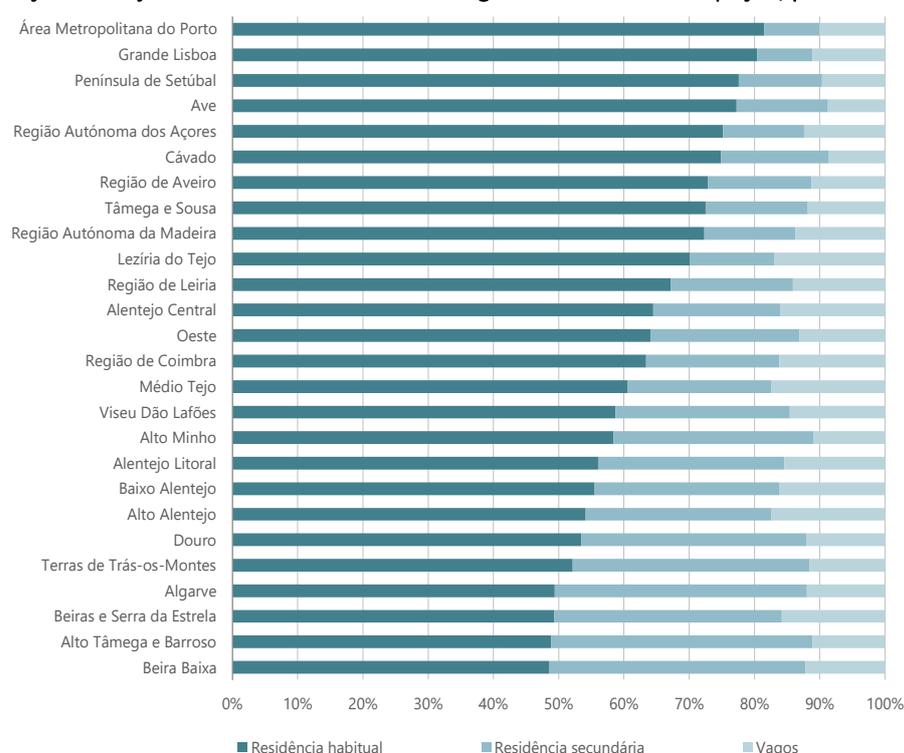
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



4. Forma de ocupação, regime de propriedade e encargos com a habitação

Em 2021, dos 5 970 677 alojamentos familiares clássicos que constituíam o parque habitacional, 69,4% encontravam-se ocupados como residência habitual (4 142 581). As residências secundárias representavam 18,5% (1 104 881) e os alojamentos vagos 12,1% (723 215). A análise por região revelou uma tendência para a maior concentração dos alojamentos de residência habitual nas regiões da Área Metropolitana do Porto e da Grande Lisboa.

Figura 18. Distribuição de alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, por NUTS III, 2021

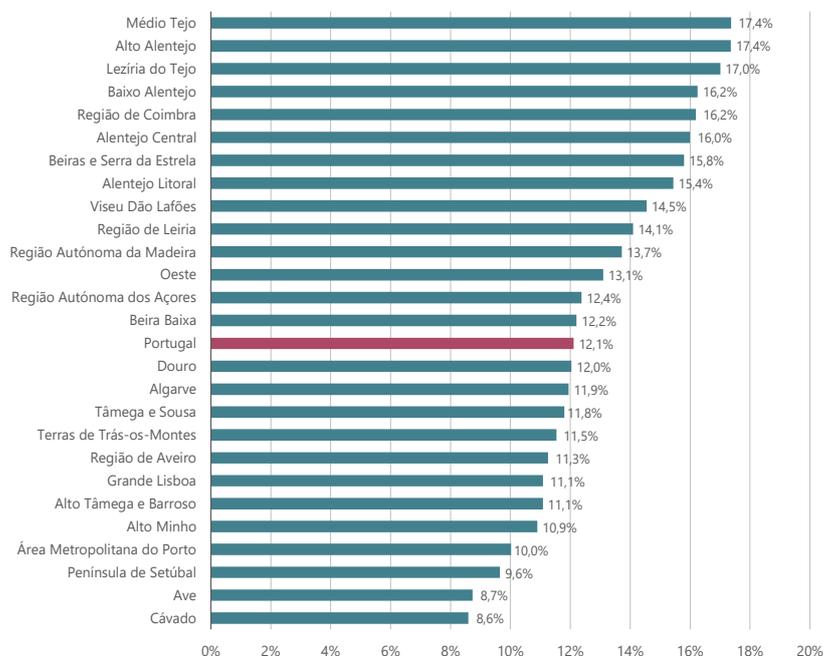


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

No que se refere aos alojamentos vagos, com a exceção das regiões do Cávado, Ave e Península de Setúbal, que tinham um peso inferior a 10% (8,6%, 8,7% e 9,6%, respetivamente), todas as restantes regiões variaram a sua representatividade entre 10,0% verificado na Área Metropolitana do Porto e o máximo de 17,4% registado nas regiões do Alto Alentejo e do Médio Tejo.



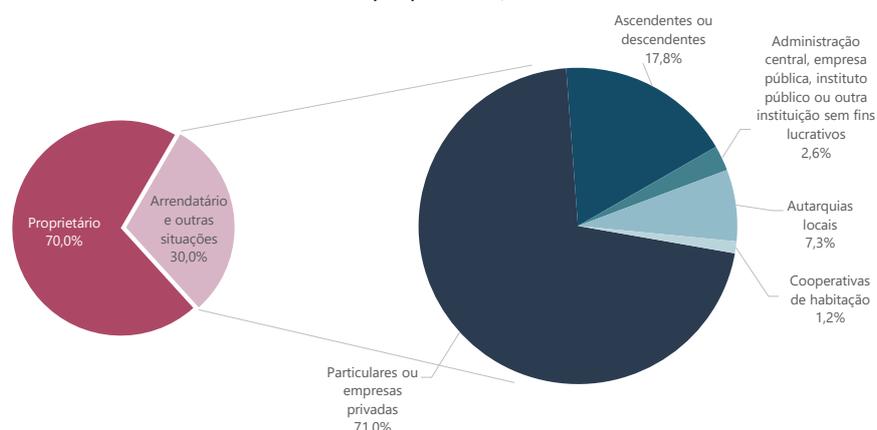
Figura 19. Taxa de alojamentos familiares clássicos vagos, por NUTS III, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Dos 4 142 581 alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 2 900 093 estavam ocupados pelo proprietário (70,0%), os restantes 1 242 488 alojamentos encontravam-se em arrendamento ou noutras situações (30,0%), dos quais 88,8% eram propriedade de particulares ou de empresas privadas e de ascendentes ou descendentes.

Figura 20. Proporção de alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a entidade proprietária, 2021

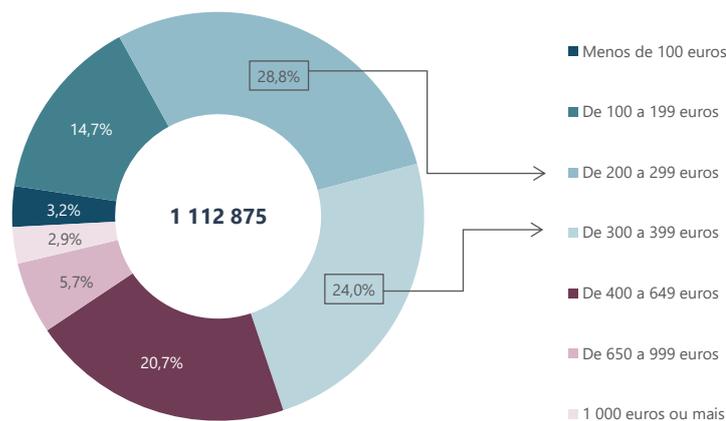


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



Dos 2 900 093 alojamentos de residência habitual ocupados pelos proprietários, 38,4% (1 112 875) tinham encargos mensais com a sua aquisição. Considerando os escalões de encargos por compra, verificou-se que em 52,8% dos alojamentos as mensalidades se situavam entre os 200 euros e os 399 euros.

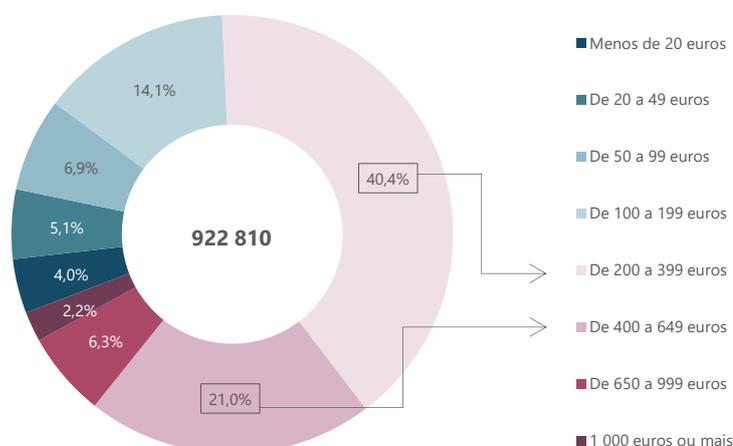
Figura 21. Distribuição dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, propriedade dos ocupantes, por escalão do valor mensal de encargos financeiros devidos à aquisição, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Quanto aos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados, analisando os escalões do valor mensal de renda, verificou-se que 61,4% dos alojamentos estavam associados a valores de renda entre os 200 e os 649 euros, sendo o valor médio mensal de renda de 334 €.

Figura 22. Distribuição dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados, por escalão do valor mensal da renda, 2021



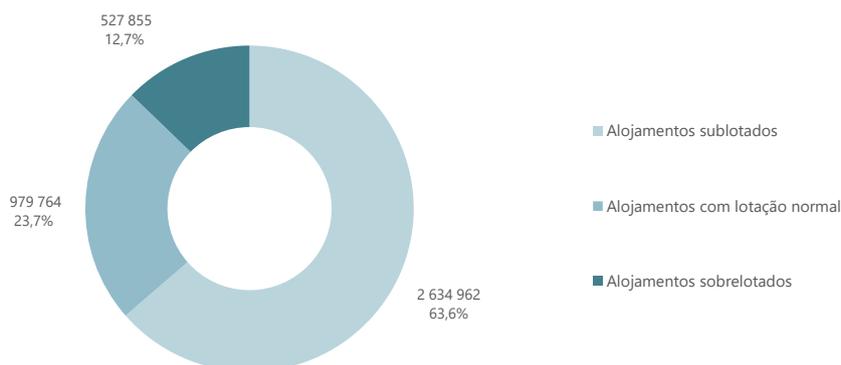
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação



5. Carências habitacionais

Em 2021, a proporção de alojamentos sobrelotados representava 12,7% do total de alojamentos familiares clássicos de residência habitual.

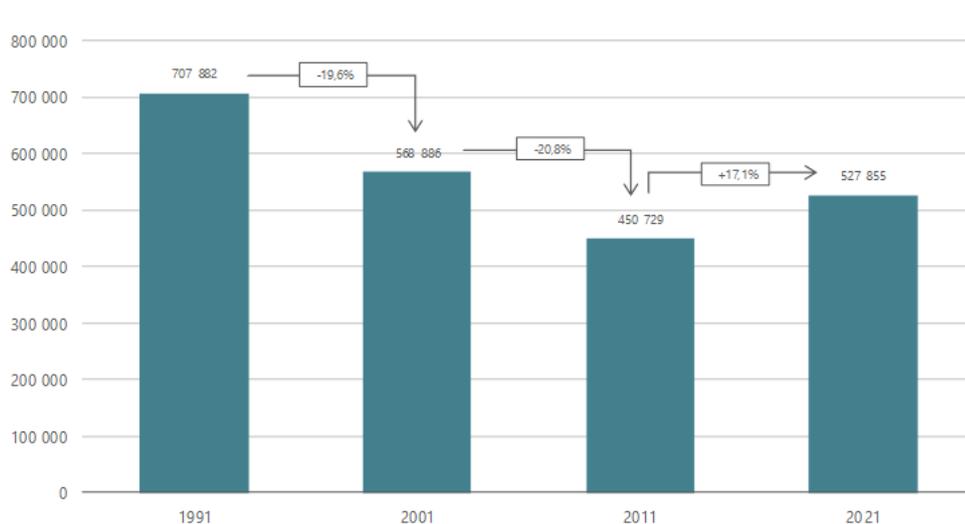
Figura 23. Alojamentos familiares clássicos ocupados como residencial habitual, por tipo de lotação, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Atendendo à evolução intercensitária, verifica-se que a sobrelotação diminuiu entre 1991 e 2011, sendo que no período de 2011 a 2021, verificou-se uma variação relativa de +17,1%.

Figura 24. Número e taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual sobrelotados, 1991, 2001, 2011 e 2021



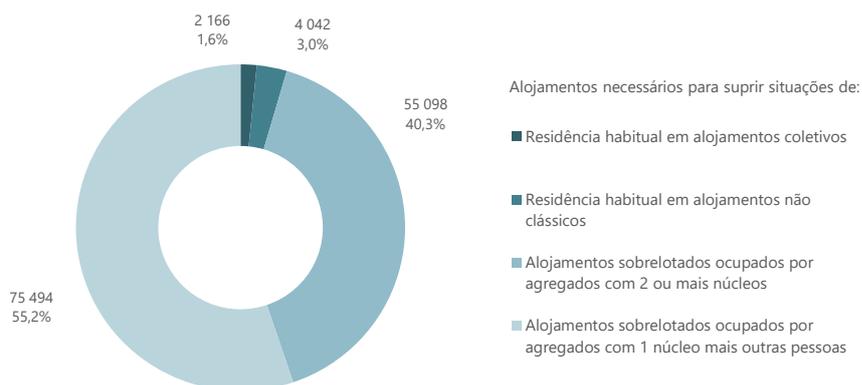
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em 2021, as carências habitacionais quantitativas existentes em Portugal eram de 136 800 alojamentos, correspondendo a 3,3% do total de alojamentos familiares ocupados como residência habitual. Do total de carências, destacavam-se um total de 75 494 para suprir situações de alojamentos sobrelotados ocupados por um agregado com um núcleo familiar em coabitação com outras pessoas (55,2%) e um total de 55 098 para suprir situações de alojamentos sobrelotados de agregados com dois ou mais núcleos familiares (40,3%).



Com menor expressão, verificava-se a necessidade de 4 042 alojamentos para suprir as situações de agregados domésticos privados em alojamentos não clássicos de residência habitual² (3,0%) e a necessidade de 2 166 alojamentos para suprir as situações de agregados com residência habitual em alojamentos coletivos.

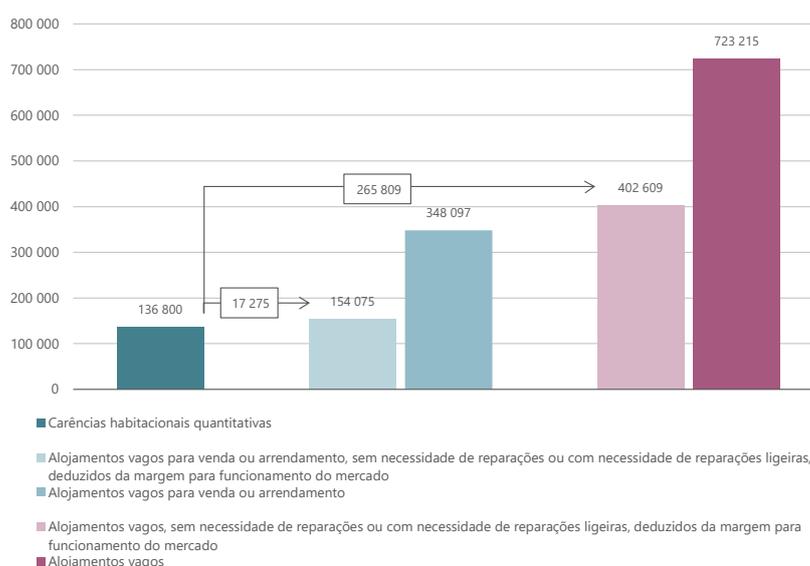
Figura 25. Carências habitacionais quantitativas, por tipo de carência, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

Em Portugal, no mesmo ano, existiam 154 075 alojamentos vagos para venda ou arrendamento sem necessidade de reparações ou com necessidade de reparações ligeiras, deduzidos da margem para funcionar o mercado. Face às carências habitacionais quantitativas, observava-se uma margem de 17 275 alojamentos imediatamente disponíveis para utilização.

Figura 26. Carências habitacionais quantitativas e número de alojamentos vagos, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação

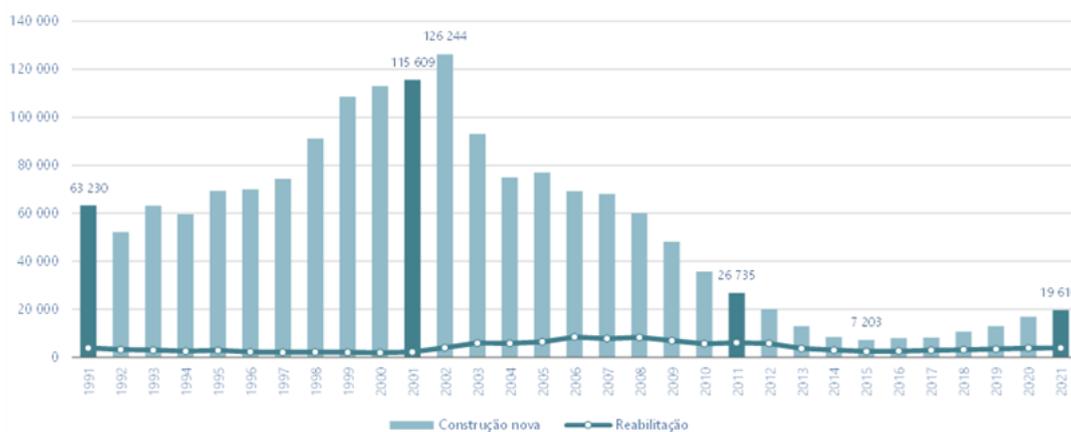
² Inclui os seguintes tipos de alojamentos: barracas, casas rudimentares de madeira, alojamentos móveis ou alojamentos improvisados.



6. Dinâmica da construção e da reabilitação para habitação

Em 2021, estima-se que tenham sido concluídos 19 616 fogos em obras de construção nova e 3 906 em intervenções de reabilitação (83,4% e 16,6%) do total de fogos concluídos nesse ano. O número de fogos concluídos em intervenções de reabilitação aumentou progressivamente depois de 2015, porém foi inferior ao número de fogos concluídos em obras de construção nova. No universo dos fogos concluídos em intervenções de reabilitação entre 2011 e 2021, cerca de 69% resultaram de obras de «ampliação», 18% de obras de «alteração» e 13% em obras de «reconstrução».

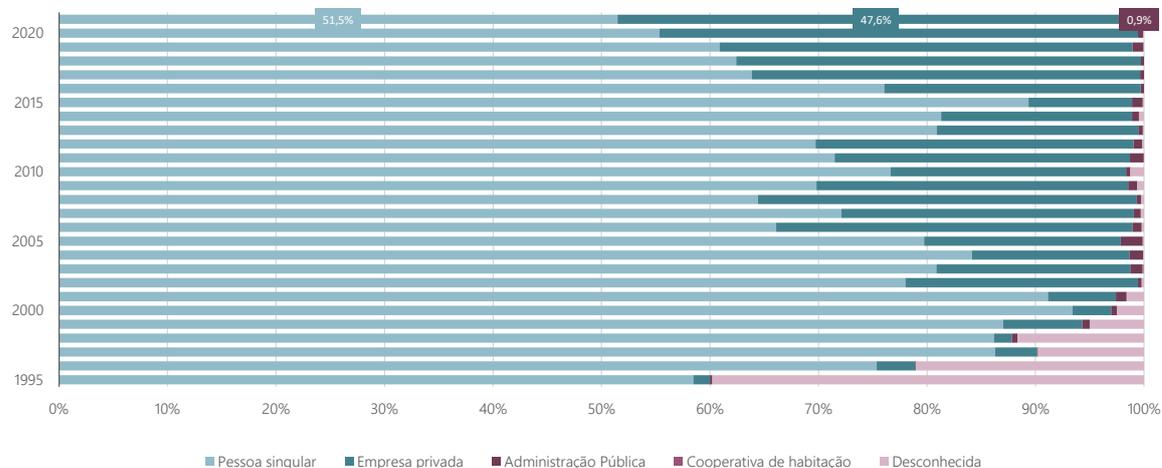
Figura 27. Número de fogos concluídos em obras de construção nova e em intervenções de reabilitação, 1991-2021



Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas e Anuário Estatístico de Portugal

Nas últimas décadas, a reabilitação de fogos tem sido sobretudo promovida por entidades particulares. A proporção de fogos reabilitados por pessoas singulares representou, em todos os anos, mais de metade do número total de fogos concluídos em intervenções de reabilitação, mas tem vindo a diminuir e foi de 51,5% em 2021.

Figura 28. Proporção de fogos concluídos em intervenções de reabilitação, segundo a entidade promotora, 1995-2021



Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas

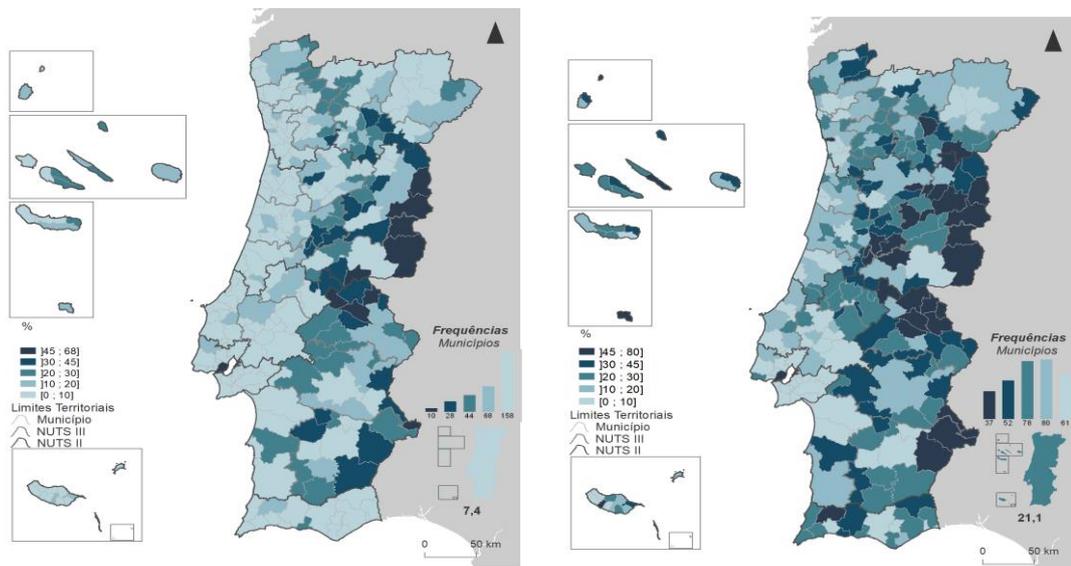


No que respeita à distribuição territorial, o maior número de fogos reabilitados ocorreu nas regiões da Grande Lisboa e da Área Metropolitana do Porto que, em 2021, representaram 53,4% do número total de fogos concluídos neste tipo de intervenção em todo o país. A proporção de fogos concluídos em intervenções de reabilitação no período de 2011 a 2021 aumentou, em todas as regiões do país, relativamente ao período de 2001 a 2011.

Figura 29. Proporção de fogos concluídos em intervenções de reabilitação

Período 2001-2010

Período 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas



NOTA METODOLÓGICA

CONCEITOS PARA FINS ESTATÍSTICOS

alojamento - local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

alojamento familiar - alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas um agregado doméstico privado e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

alojamento familiar clássico - alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

alojamento familiar de residência habitual - alojamento familiar ocupado que constitui o local de residência habitual de, pelo menos, um agregado doméstico privado.

alojamento familiar de residência secundária - alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

alojamento familiar vago - alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

área útil do alojamento - valor correspondente à superfície do alojamento (incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos ou outros compartimentos de função similar e armários nas paredes) medido pelo perímetro interior das paredes que o limitam, descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.

índice de lotação do alojamento - indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. O cálculo deste índice resulta da verificação de uma série de condições relacionadas com o número de divisões existentes e o número de divisões necessárias, atendendo ao número de residentes, sexo, estado civil, idade e relação de parentesco dos mesmos. O número de divisões a utilizar no cálculo deste indicador não inclui a cozinha. As condições de cálculo do índice de lotação são: 1 divisão para sala de estar; 1 divisão por cada casal; 1 divisão por cada outra pessoa não solteira; 1 divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 divisão por cada uma ou duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada uma ou duas pessoas com menos de 7 anos.



edifício - construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

piso - cada um dos planos sobrepostos e cobertos nos quais se divide um edifício e que se destinam a satisfazer exigências funcionais ligadas à sua utilização.

época de construção do edifício - período que pode corresponder à construção do edifício propriamente dito, à construção da parte principal do edifício (quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas) ou à reconstrução do edifício que sofreu transformação completa.

índice de envelhecimento dos edifícios - rácio entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após 2011.

necessidades de reparações no edifício - verificação da necessidade de intervenção no edifício.

prestação mensal por aquisição de habitação própria - encargo mensal de capital e juros em dívida para pagamento de empréstimo à aquisição de habitação própria.

valor médio mensal para aquisição de habitação - o cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros: [(Alojamentos com encargos de menos de 100 € * 50 € + Alojamentos com encargos entre 100€ e 149,99 € * 125 € + Alojamentos com encargos entre 150 € e 199,99 € * 175€ + Alojamentos com encargos entre 200€ e 249,99 € * 225 € + Alojamentos com encargos entre 250€ e 299,99 € * 275 € + Alojamentos com encargos entre 300 € e 349,99 € * 325 € + Alojamentos com encargos entre 350 € e 399,99€ *375 € + Alojamentos com encargos entre 400 € e 499.99 € *450 € + Alojamentos com encargos entre 500 € e 649.99 € * 575 € + Alojamentos com encargos entre 650 € e 799,99 € * 725 € + Alojamentos com encargos entre 800 € e 999,99 € * 900 € + Alojamentos com encargos de 1000 € ou mais * 1200 €)/ Alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos].

renda para habitação - quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento para fins habitacionais.

valor médio mensal das rendas para habitação - o cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros: [(Alojamentos com rendas inferiores a 20 € * 10 € + Alojamentos com rendas entre 20 € e 49,99 € * 35 € + Alojamentos com rendas entre 50 € e 74,99 € * 62,5 € + Alojamentos com rendas entre 75 € e 99,99 € * 87,5 € + Alojamentos com rendas entre 100 € e 149,99 € * 125 € + Alojamentos com rendas entre 150 € e 199,99 € * 175 € + Alojamentos com rendas entre 200 € e 299,99 € * 250€ + Alojamentos com rendas entre 300 € e 399,99 € * 350 € + Alojamentos com rendas entre 400 € e 499,99 € * 450 € + Alojamentos com rendas entre 500 € e 649,99 € * 575 € + Alojamentos com rendas entre 650 € e 999,99 € * 825 € + Alojamentos com rendas de 1000 € ou mais * 1200 €)/ Alojamentos arrendados].

Outras informações - Para mais informação consulte a Publicação «O Parque Habitacional: Análise e Evolução 2011-2021», onde poderá encontrar uma análise mais detalhada desta informação.